

Orçamento de 88 para a educação está defasado

25/10/87, DOMINGO • 19

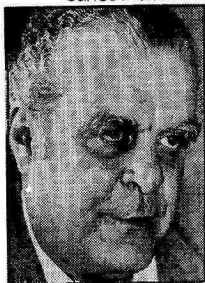
Roosevelt Pinheiro

O orçamento de 88 do GDF para a educação, fixado em Cz\$ 11 bilhões 451 milhões 644 mil, não será suficiente para a realização dos projetos da Secretaria de Educação,

entre eles, a implantação do Plano Quadrienal, que pretende expandir e ampliar o número de escolas, além de intensificar a manutenção e reforma da atual rede física. A avaliação é do secretário de Educação, Fábio Bruno (foto). Segundo ele, o orçamento deste ano também não pode atender às necessidades básicas da rede de ensino público, pois, ainda faltando três meses para o encerramento das atividades escolares e a Secretaria está tentando obter do Plano de Ação do Governo (PAG) Cz\$ 400 milhões, verba que permitirá que as escolas continuem funcionando até o final do ano sem problemas.

Pela discriminação de verbas do orçamento de Cz\$ 11 bilhões para educação, não foram destinados recursos às despesas correntes, como a recuperação de instalações elétricas e hidráulicas e aquisição de materiais diversos, nem para as despesas de capital, que são as novas construções e reformas. Somente a folha de pagamento dos funcionários da Secretaria e da Fundação Educacional exigirá, no ano que vem Cz\$ 11 bilhões 251 milhões 900 mil, restando para a construção, reparo e adaptação de prédios escolares, e manutenção das atividades apenas Cz\$ 199 milhões 744 mil. Recentemente, o diretor da Fundação Educacional do DF, José Quintas, admitiu que

Carlos Menandro



60 escolas da rede pública poderão ser interditadas, ainda este ano, devido à falta de verbas para realizar reformas urgentes nos prédios.

Recurso suplementar

Para complementar o orçamento, o secretário Fábio Bruno pretende obter recursos suplementares, através do Ministério da Educação, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e do Programa de Ação do Governo Federal (PAG). Fábio Bruno explicou que o PAG destina recursos financeiros para todos os setores governamentais, entre eles a educação. Até 1991, o PAG dispõe de uma verba de Cz\$ 95 bilhões, para ser distribuída às escolas de primeiro e segundo graus de todo o país, e que parte deste recurso pode vir para o DF. Entretanto, o secretário não soube precisar a quantia. Do FAS, órgão ligado à Caixa Econômica Federal, a Secretaria de Educação está tentando conseguir um empréstimo de cerca de Cz\$ 700 milhões.

Com a possibilidade de obtenção destes recursos suplementares, o secretário Fábio Bruno tenciona executar, em 88, um programa de ação governamental, como a recuperação e construção de salas de aula e a implantação do Plano Quadrienal. Mas segundo Fábio Bruno, a Secretaria está com falta de pessoal administrativo. Todo o processo de elaboração de projetos só será concluído no final de novembro, explicou o secretário, e os que dependem da reforma administrativa do GDF terão que ser incluídos na própria reforma. «A partir daí, — disse ele — começa a luta pela concretização dos projetos, pois podem surgir uma série de fatores inibidores, como, por exemplo, a demora na liberação ou até mesmo a não liberação dos recursos».